



## OS CABOCLOS E A RELAÇÃO COM A NATUREZA NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

*Marcos Gerhardt*

O sul do Brasil, especialmente o norte da Província do Rio Grande do Sul, teve sua paisagem modificada a partir da segunda metade do século XIX como resultado da imigração de europeus, promovida e valorizada pelo governo imperial brasileiro e, depois de 1889, pelo governo republicano. Dessas modificações na sociedade e na paisagem, produzidas pela imigração e pela colonização que continuaram intensas até a década de 1920, algumas são fundamentais: o aumento da densidade demográfica, a apropriação privada e a mercantilização da terra e, com maior interesse, a substituição da

mata por roças, estradas e vilas. A história de colonos desbravadores, pioneiros e progressistas, apresentada por pesquisadores e memorialistas, e ainda hoje ensinada nas escolas, ganha outra interpretação na medida em que os historiadores empregam uma abordagem ambiental e tornam visíveis outros atores sociais. É o caso dos caboclos do norte gaúcho e de suas relações com a natureza em uma sociedade que se modificava rapidamente pela implantação de projetos de colonização por imigrantes, num Estado onde predominavam as grandes estâncias de criação de gado.

Denomina-se genericamente de *caboclos* um grupo social heterogêneo, empregando-se um conceito – uma identidade – que não foi gerado pelo próprio grupo e sim atribuído de fora, por grande parte da sociedade, para quem o caboclo era um mestiço que descendeu de luso-brasileiros pobres, de indígenas, de africanos vindos ao sul como escravos. Assim, era chamado de brasileiro, nacional, moreno, negro, bugre, pêlo duro, uma pessoa “de cor”; em algumas regiões do Brasil recebeu outros nomes: mameluco ou caipira. Era também identificado, preconceituosamente, como sendo pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevidente, relapso, perigoso, intruso, posseiro. Por outro lado, a historiografia tem denominado essas pessoas de trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres, camponeses nacionais, num esforço conceitual e de inclusão.

Apesar do preconceito presente na identidade atribuída por parte da sociedade, fica evidente a diferença cultural entre os caboclos e os colonos, diversidade que marcou a convivência no tempo da colonização do Rio Grande do Sul. Veja-se a afirmação de um memorialista do norte do Estado:

*Demorou... somente a partir de 1920, este “ser homem” veio dar “outra vida” aos prodígios naturais(...)  
É com a chegada do homem da foice, do machado, [da] enxada, que, realmente SE ABREM AS PORTAS DA HISTÓRIA DE TUCUNDUVA (...).<sup>1</sup>*

<sup>1</sup> CLAUSS, Romualdo. *Evolução histórico-geográfica de Tucunduva*. Tucunduva, 1982. p. 24-25.

Essas palavras revelam uma concepção bastante frequente que, enquanto reconhece a existência da população cabocla, lhe atribui pouco valor social e diminuta importância econômica, vendo no imigrante colonizador o desencadear de um desenvolvimento que marca o início da história local. Tal concepção também está clara no testemunho do viajante sueco Carl Axel Magnus Lindman, que esteve na Colônia Ijuí em 1893:

*No Rio Grande do Sul existe ainda matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem. Sabe-se, por exemplo, que nas colonias allemãs e italianas ainda ha florestas no mesmo estado em que foram entregues pelos agrimensores do governo, que foram as primeiras pessoas civilisadas que entraram com os seus auxiliares nestas mattas incognitas e cheias de animaes bravios, para as medir e dividir em lotes ou propriedades, abrindo nellas as primeiras ‘picadas’ ou linhas divisorias. Muitos destes lotes florestaes demarcados ainda não estão occupados, e outros ha em que o proprietario pode designar mattas em que elle, o primeiro dono, nunca entrou com o seu machado, e onde talvez nunca pisasse pé humano.<sup>2</sup>*

<sup>2</sup> LINDMAN, Carl Axel Magnus & FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 180 (Reconquista do Brasil, 2).

E ainda no testemunho do padre Antoni Cuber:

*Nas margens do rio Ijuí, afluente do Uruguai, estendem-se magníficas florestas, cujas espessas matarias, até há pouco tempo, só eram conhecidas pelos animais selvagens e pelos bugres.*<sup>3</sup>

<sup>3</sup> CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai – 1898*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975. p. 13.

<sup>4</sup> VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa & LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

<sup>5</sup> GERHARDT, Marcos. *Estado, estancieiros, caboclos e colonos modificam o ambiente: a História da “Colônia Ijuhy”, 1850-1930*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Estadual de Londrina, 2002.

<sup>6</sup> Descrição das linhas corridas na medição e demarcação dos lotes coloniais na Colônia do Ijuhy, durante os meses de outubro e novembro do ano de 1890. Museu Antropológico Diretor Pestana, Comissão de Terras e Colonização, pasta 10.

<sup>7</sup> Livro de assentamento inicial de lotes rurais. Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy, 1891-1920. Museu Antropológico Diretor Pestana, Comissão de Terras e Colonização, pasta 9.

Os imigrantes que vieram ao norte do Estado nos séculos XIX e XX removeram grandes áreas de vegetação, classificada pelos botânicos como Floresta Estacional Decidual<sup>4</sup>, ampliaram a área de cultivo agrícola e a produção de alimentos, aumentaram a densidade demográfica e viabilizaram a vida de suas famílias em pequenos lotes rurais. Assim, o ambiente era visto – por colonos e pelos administradores de colônias do norte do Rio Grande do Sul – como naturalmente rico, intocado e improdutivo, que precisava ser desbravado e ordenado; ambiente capaz de fornecer uma riqueza que aguardava para ser extraída e apto a produzir através da agricultura; entendia-se como um desperdício conservar o ambiente com suas características naturais, devoluto. O progresso da sociedade era percebido na civilização e ordenação do ambiente, ou então, na vitória da ação humana, do trabalho, da tecnologia, sobre a natureza, visível nas roças, nas estradas, nas vilas e cidades.<sup>5</sup>

Teriam os caboclos outra postura em sua relação com o ambiente? Utilizavam de outra maneira os bens naturais? Acredita-se que sim. No entanto, não se pode imaginar caboclos vivendo em harmonia com a natureza, essa é uma visão romântica e irreal. Também não se pode pensar que estavam conscientes de sua responsabilidade ambiental e, por isso, preservavam a natureza; essa idéia não estava suficientemente desenvolvida no período estudado.

Muitas são as evidências da presença de população cabocla nas áreas de mato do norte do Rio Grande do Sul, nas terras devolutas, ou seja, no espaço destinado à colonização por imigrantes. Os registros do trabalho dos engenheiros encarregados de mapear a “Colônia Ijuhy” e demarcar as linhas e os lotes rústicos, feitos em 1890, ano em que se iniciou a colonização oficial, revelaram a existência de “picadas de cargueiros” e de roças abandonadas no interior do mato<sup>6</sup>. Nos registros da Comissão de Terras e Colonização de Ijuí, de 1891 a 1920<sup>7</sup>, encontram-se repetidas anotações da venda ou da legalização de pequenos lotes de terras para pessoas com sobrenomes portugueses, algumas seguidas das observações “Posse” ou “Posse legitimada – tem título”, indicando a presença de caboclos. Eles podem ser encontrados inclusive nos documentos escritos pelos

próprios colonizadores, em frases como esta, publicada em um álbum comemorativo ao centenário da imigração alemã: "...as estradas foram planejadas por ordem do governo, sendo então um grande alívio porque havia somente picadas feitas pelos homens trabalhando na medição e também pelos nativos."<sup>8</sup>

<sup>8</sup> FESTSCHRIFT ZUR JAHRHUNDERTFEIER DER ERSTEN DEUTSCHEN EINWANDERUNG IN RIO GRANDE DO SUL – die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924 (tradução livre pelo autor).

Francisco de Assis Pereira de Noronha, avaliando um livro do cronista Evaristo de Castro em 1887 e deixando transparecer seu preconceito, comentou a situação social dos caboclos no final do século XIX:

*Pelo seu vício de origem, pela grande disseminação e pela abundancia de gado, caça, peixe e fructas, a população em geral é indolente e extraordinariamente preguiçosa. Póde-se calcular, sem o menor receio de exageração, que entre 100 homens validos, 80 são vadios, ao ponto que nem a fome e a nudez os obriga ao trabalho, e d'estes 80 vadios, 40 pelo menos são ladrões.*

*O único trabalho para que elles se prestão, é o costeiro dos animaes nas fazendas de criar, e este é feito de maneira tal, que os fazendeiros os aturão por não acharem outra gente. Para os trabalhos agricolas são absolutamente inserviveis. Não se pode obter o trabalho de uma semana seguida de qualquer d'estes vadios; e que trabalho! Este mesmo equivale a 5 ou 6 horas por dia.*

*Percorrendo a região, ou seja nos campos, ou seja nas mattas, o viajante vê, aqui e ali, uma pequena cabana, ás vezes coberta, toda esburacada. Encostado á cabana, um fecho com meia duzia de varas, tanto quanto seja sufficiente para recolher o cavallo; fecho a que dão o pomposo nome de mangueira. Além d'isto nada mais; não existe a mais pequena plantação de um único vegetal util.*<sup>9</sup>

<sup>9</sup> CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887, v. 1, p. IX.

Deste comentário de Noronha, pode-se deduzir a postura diferenciada de grande parte dos caboclos diante do trabalho, da propriedade e da natureza; era uma forma distinta de viver, com valores diferentes daqueles que orientavam os imigrantes colonos. Noronha comentou ainda a abundância de gado, peixes, caça e frutas, indicando uma das formas de sustento dessa população cabocla. Para o autor, a disponibilidade de bens naturais era a causa da preguiça dessa gente. Evaristo Affonso de Castro e outros autores<sup>10</sup> também comentam a abundância e a variedade de peixes e de outros animais na região, mesmo no tempo da colonização. Outra forma de sustentar-se era com os alimentos cultivados em pequenas roças de coivara, espaços tomados do mato pelo machado e pelo fogo, temporariamente férteis.

<sup>10</sup> FESTSCHRIFT ZUR ... *Op. cit.* e CUBER, A. *Op. cit.*

Considerando o ambiente de floresta muito inóspito para os humanos, inclusive para os indígenas que abriam clareiras para suas aldeias como afirmou Warren Dean<sup>11</sup>, pode-se deduzir que as roças e habitações dos caboclos localizavam-se, em geral, na orla do mato ou na margem dos rios. Talvez habitassem o interior do mato quando foragidos e procurados por algum crime praticado ou desejando escapar do recrutamento forçado para os freqüentes conflitos militares. Segundo Ivaldo Gehlen, a terra, para eles, também era considerada um bem natural, lugar de viver, necessária à subsistência familiar e de posse provisória, pois não tinham a propriedade legal.<sup>12</sup>

Conforme Paulo Afonso Zarth, o trabalho na produção da erva-mate, um bem natural coletado e preparado durante o inverno, vinculava o caboclo ao mercado, permitindo-lhe obter algum dinheiro com o qual comprava outros bens necessários<sup>13</sup>; semelhante ligação com o mercado ocorria na prestação de serviços sazonais, já no contexto da colonização, como a abertura de estradas e de picadas para a demarcação de lotes, a construção de prédios demandados pelo Estado e a derrubada de mato para os colonos. Deve-se considerar ainda, como uma prática da época estudada, a extração de folhas da congonha (*Ilex paraguariensis* St. Hil.) pelo caboclo, seguida do preparo da erva-mate para consumo próprio e para a venda no mercado local. Essa extração acontecia com o controle da administração municipal<sup>14</sup> e exigia uma pequena quantidade de ferramentas e equipamentos, confeccionados pelo próprio caboclo com materiais encontrados no ambiente. As fontes pesquisadas não permitem saber, com segurança, se os caboclos criavam, além do cavalo de transporte, animais domésticos para alimento, como galinhas, porcos, vacas de leite, mas é possível que sim.

Até onde as fontes podem atestar, a população cabocla era numérica e proporcionalmente expressiva. No censo de 1896<sup>15</sup>, feito em Ijuí, registrou-se que nesta colônia havia 2.796 brasileiros numa população total de 5.228 pessoas; contudo, sabe-se que os filhos de imigrantes europeus nascidos aqui eram contados como brasileiros e, portanto, estavam somados aos caboclos e aos luso-brasileiros no resultado final; segundo o memorialista Hemeterio J. Velloso da Silveira, tratando de Ijuí em 1909, “A area superficial demarcada é quasi toda occupada em 496 kilometros quadrados com uma população de 8000 individuos de todos os sexos e idades, sendo mais de metade nacionaes (...)”<sup>16</sup>

<sup>11</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 28.

<sup>12</sup> GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso (org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998, p. 125-126. (Coleção Ciências Sociais).

<sup>13</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p. 173.

<sup>14</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: UNIJUÍ, 2002. p. 170. (Coleção Ciências Sociais).

<sup>15</sup> Relatório de 1896. Museu Antropológico Diretor Pestana, Comissão de Terras e Colonização de Ijuhy, pasta 1.

<sup>16</sup> SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909. p. 363-364.

Mesmo sem números exatos e válidos para todo o norte do Estado, pode-se afirmar que a população cabocla, embora alterasse o ambiente no qual vivia, não produzia mudanças profundas. Supõe-se que a caça e a pesca praticadas não comprometiam a reprodução das espécies animais que habitavam os matos, banhados, campos e rios de uma região proporcionalmente extensa. Certamente os caboclos colhiam frutos, extraíam mel, retiravam madeira dos matos, tanto para a construção de habitações e de currais, quanto para lenha, coletavam plantas curativas ou de condimento para o uso ou para a venda, mas em quantidade que não afetava seriamente a manutenção da floresta; dos campos obtinham o capim-rabo-de-burro (*Andropogon bicornis* L.) ou capim-sapê (*Imperata brasiliensis* Trin.) para a cobertura das habitações. Em suas roças, quando abandonadas depois de algum tempo de cultivo, o mato voltava a crescer e novas áreas eram desmatadas para a agricultura. Como posseiros na terra, essa mobilidade era possível e a agricultura ambientalmente sustentável. Os projetos de colonização, com a fixação de numerosos colonos em pequenos lotes rurais, exigiram o uso mais intensivo do solo e dos bens naturais.

Segundo Warren Dean, as práticas agrícolas dos caboclos são uma herança dos indígenas, fazem parte de um conjunto de informações produzidas e estocadas durante muito tempo, essenciais à vida neste ambiente, que incluem a identificação de espécies, a atribuição de nomes e o conhecimento dos usos possíveis.<sup>17</sup> Veja-se o que Hemeterio J. Velloso da Silveira escreveu sobre a picada e o rio Conceição, entre Cruz Alta e Santo Ângelo:

*Pouco abaixo da estrada existe um vau perigozo, por cima d'uma cachoeira com pouco mais d'um metro de queda. D'ahi para baixo, alem de profundo, o rio é correntozo por dentro d'um espesso bosque até desagoar no Ijuhy Grande.*

*N'alguns dias, bem cedo, ouve-se de longe um fragor desuzado do desempenhar das agoas. "É signal certo da chuva" dizem os habitantes do logar.<sup>18</sup>*

E também o que Lindman, no final do século XIX, observou:

*Uma particularidade dessas mattas em que agora estamos no planalto é a grande abundancia em "taquarussú" (...). Seus colmos da grossura de um braço estão afastados uns dos outros, mas formam arcos completos da altura de 10 metros e enchem a matta até o chão com sua folhagem verde-clara, densa e abundante. Notavel é a afirmação dos brasileiros – que um*

<sup>17</sup> DEAN, W. *Op. cit.* p. 83.

<sup>18</sup> SILVEIRA, H. J. V. da *Op. cit.* p. 217.

“taquaral” é de terra ruim. Ao redor de Ijuhy crescia taquara em terreno de matta secca e na matta que, independente da taquara, era rala ou “aberta”.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> LINDMAN, Carl Axel Magnus & FERRI, M. G. *Op. cit.* p. 202-203.

Nota-se, nos dois testemunhos, uma habilidade de observar e interpretar alguns sinais naturais, preservada, utilizada e recriada pelos caboclos e, depois, possivelmente transmitida aos imigrantes que se fixaram no norte do Estado como colonos. A imigrante Vitória Megier relatou a existência de “tigres” na Colônia Ijuí, na década de 1890, e que os caboclos ensinaram sua família a fazer fogo durante a noite para afastar esse animal.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Entrevista com Vitória Megier, por Danilo Lazzarotto. s. d. (gravação, fita n. 02, Museu Antropológico Diretor Pestana).

Esse conhecimento popular sobre a natureza inclui também informações sobre o nome e a utilidade de plantas – suas propriedades curativas, a durabilidade de diversas madeiras etc.. Ainda hoje é utilizado na área rural um medicamento caseiro para picadas de insetos, de aranhas e de cobras, que é aplicado sobre a pele ou bebido: trata-se de uma garrafada conhecida como *cobrina*, produzida pelos colonos com a casca ou a folha de uma árvore com o mesmo nome (*Peschiera australis* Müll. Arg/Miers ou *Peschiera catharinensis* DC/Miers) e aguardente. A posição da entrada do ninho da ave joão-de-barro (*Furnarius rufus*) era observada: se estivesse voltada para o norte indicava que o inverno poderia ser rigoroso; a ave tinha, acreditava-se, a capacidade de prever a próxima estação e de precaver-se; bastava observar e interpretar o seu trabalho. No mesmo sentido, notava-se que um pequeno inseto (não identificado) produzia, esporadicamente, uma teia nos galhos de uma árvore denominada timbó (*Ateleia glazioveana* Baill.); na interpretação corrente significava que, no próximo inverno, o frio seria muito intenso. Afirmava-se também que, no final do inverno, quanto o timbó brotava, não havia mais o risco de formação de geada, extremamente prejudicial aos cultivos de verão.<sup>21</sup>

<sup>21</sup> GERHARDT, M. *Op. cit.*

Pouco importa aqui se essas previsões e observações populares tinham o resultado esperado ou previsto; vale, isso sim, preservar a memória e compreender a importância desse conhecimento popular na sociedade dos séculos XIX e XX, num contexto de colonização e de convivência de caboclos, colonos, estancieiros e funcionários da administração pública, que tinham temporalidades diferentes, como afirma José de Souza Martins<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 145-203, maio 1996.

A toponímia – o estudo dos nomes atribuídos aos lugares – também pode ajudar no trabalho do historiador que emprega uma abordagem ambiental ou que busca informações sobre os grupos sociais que ali viveram. Por todo o

<sup>23</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 885.

norte do Rio Grande do Sul encontram-se localidades rurais denominadas de faxinal. Neste caso, a denominação está de acordo com o conceito de “trecho alongado de campo que penetra a floresta”<sup>23</sup>, ou seja, espaço de transição entre o campo de pastagem coberto de vegetação gramínea e o mato, lugar muitas vezes periférico para a estância de criação de gado, menos inóspito que a floresta e freqüentemente habitado por caboclos.

No município de Porto Xavier, nota-se que a colonização incorporou parte da população cabocla, fixando-a em lotes rurais. Contudo, percebe-se uma nítida divisão do espaço: nas linhas Taquarussú e nas seções Dourados e “D”, onde a topografia e os lotes rurais têm formas irregulares, há uma concentração de famílias de caboclos; por outro lado, as linhas Depósito e São Carlos foram predominantemente habitadas por descendentes de imigrantes europeus que se estabeleceram ali como colonos. Naquele município é evidente o uso de duas denominações distintas: as linhas e os rincões. Os nomes das linhas foram atribuídos pelos projetos de colonização após uma delimitação precisa. Os rincões – Rincão Comprido, Rincão dos Machados, Barro Preto – são nomes criados em época anterior, a partir de características da paisagem ou da população habitante. Em alguns casos as denominações são compostas: Linha Faxinal, Linha Pedra Lisa, Linha Montanha, revelando adequações e permanências.<sup>24</sup> No norte do Estado, muitos dos nomes de lugares têm origem indígena. Sem considerar aqueles que foram criados depois, num esforço de nacionalização da população, existem incontáveis localidades, rios e arroios com nomes atribuídos pelos indígenas, perpetuados pelos caboclos e por outros grupos sociais, revelando uma importante interação humana com a natureza.

<sup>24</sup> COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CANA PORTO XAVIER LTDA (COOPERCANA). *Estudos ambientais: Laudo de vistoria*. Ijuí: UNIJUÍ, 2003 (digitado).

Algumas estradas sinuosas, muito diferentes daquelas com traçado retilíneo abertas pelos projetos de colonização, podem ser vestígios de caminhos utilizados por indígenas e, depois, por caboclos. O estudo do município de Augusto Pestana, localizado num espaço de transição entre o mato e o campo, revela uma nítida sobreposição de caminhos: sobre as estradas e picadas sinuosas que acompanhavam o divisor natural das águas das chuvas, sobre vaus e passos de rio, foram traçadas estradas retas que organizaram o espaço para receber os colonos. A observação atenta de mapas e da paisagem contemporânea, amparada por testemunhos orais, permite recompor caminhos de diferentes tempos e supor por onde circulava a população habitante da região antes da colonização oficial, mostrando sua presença e importância.

Assim, na finalização deste texto, cabe argumentar que o caboclo tinha um estilo de vida diferente do do colono, uma postura distinta diante da vida e do trabalho e outra relação com a natureza. Seu modo de viver e de produzir alterava menos o ambiente e permitia a manutenção da biodiversidade. Morando em terras que interessavam pouco aos estancieiros e ao Estado antes da chegada da ferrovia e da colonização, compondo uma população numerosa, mas – na relação com o espaço – de baixa densidade demográfica, obtendo no ambiente grande parte daquilo de que precisavam para manter e reproduzir a vida, produzindo para sua subsistência e para um mercado restrito, sem preocupar-se com a produtividade do trabalho e com a acumulação de riqueza, os caboclos relacionaram-se com a natureza de forma menos agressiva.

A colonização tinha outra lógica: aumentar a densidade demográfica, remover o mato, civilizar a natureza, produzir com eficiência, progredir pelo trabalho, estabelecer famílias proprietárias. Por isso os caboclos eram vistos como preguiçosos e ineficientes, tinham outro conceito de trabalho, menos disciplinado e mais imediato. Deixar o ambiente natural do norte do Rio Grande do Sul – repleto de terras férteis e de riquezas que podiam ser exploradas – para índios e “caboclos vadios” era, na visão de então e de alguns, um desperdício que não combinava com os novos tempos de progresso e desenvolvimento. Talvez por isso o ambiente era visto como intocado e inculto, a floresta virgem e o colono como um pioneiro e desbravador. Hoje, revemos estes conceitos e buscamos, além de incluir o caboclo, o índio e o negro na História, rediscutir a relação das pessoas, em sociedade, com a natureza e encontramos, no modo de vida do caboclo, aquilo que é forte em muitos discursos contemporâneos: a sustentabilidade ambiental.

Marcos Gerhardt é graduado e mestre em História e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI).  
gerhardt@unijui.tche.br